

Informe Ambiental

FIESP **CIESP**

Informativo Ambiental do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

Edição 105 | Maio de 2015

cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br | twitter.com/FiespAmbiental | 11 3549 4675 - 11 3649 4237

17ª Semana do Meio Ambiente da Fiesp

Conscientização, ação e boas práticas para o amanhã

A Semana de Meio Ambiente da Fiesp, realizada entre os dias 09 e 11 de junho, em sua 17ª edição, cumpriu com seu objetivo de promover debates e divulgar informações para apoio às indústrias em relação à gestão ambiental empresarial, como por exemplo, pela realização do 21º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental, seminários com foco em biotecnologia e bioeconomia no Biofest, indicadores de sustentabilidade e o lançamento, de forma pioneira, do “*Guia Produção e Consumo Sustentáveis: tendências e oportunidades para o setor de negócios*”, por meio da parceria que surgiu no Humanidade 2012 entre a Fiesp e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).



Mesa de abertura da 17ª Semana do Meio Ambiente Fiesp

Produção e Consumo Sustentáveis

Situação atual e desafios

O primeiro Painel da Semana de Meio Ambiente contou com uma discussão internacional sobre os desafios globais da Produção e Consumo Sustentáveis.

Segundo Nelson P. dos Reis, diretor do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp, a sistematização de ações com foco na Produção e Consumo Sustentáveis é um fator essencial para o desenvolvimento e crescimento do setor industrial, de forma a conciliar ganhos de produtividade, promoção de qualidade de vida e ganhos ambientais, qualificando a relação com todas as partes interessadas no negócio.

A diretora do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente, Raquel Breda, enfatizou que é hora de retomar parcerias com ONGs, academias e setor privado para dar continuidade nos 15 temas eleitos como estratégicos pelo ministério para mudar os padrões de consumo e torná-lo cada vez mais sustentável tanto na produção quanto no país. Em sua fala, a Secretária de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Patrícia Iglecias reiterou que “cada vez mais, existe uma interdependência muito grande entre a preservação ambiental e a necessidade de adaptação dos padrões de produção”.

Durante o painel, Beatriz Carneiro, coordenadora geral do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) defendeu que a indústria precisa tirar proveito da biodiversidade brasileira. “Estamos focados na melhoria da competitividade da indústria nacional. O país possui uma grande biodiversidade, e a indústria precisa tirar proveito disso para promover seus produtos internacionalmente”. Jhessica Cardoso, representante do Ministério do Planejamento e Gestão (MPOG), também

falou sobre o tema, mas com foco nas compras públicas sustentáveis no âmbito do governo federal. Ela exemplificou com os planos de logística sustentável (PLS). “Eles devem conter, minimamente, a atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição; as práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços; as responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e ações de divulgação, conscientização e capacitação”, afirmou Jhessica.

Durante o painel foram apresentados cases da Associação Brasileira de Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins (Abipla) e da Associação Brasileira da Indústria de Eletroeletrônicos (Abinee).

Agência Indusnet Fiesp – editado.



Secretária de Meio Ambiente de SP, Patrícia Faga Iglecias, na 17ª Semana do Meio Ambiente.

17ª Semana do Meio Ambiente

ONU e Fiesp lançam Guia de Produção e Consumo Sustentáveis

Com foco nas PMEs, o objetivo é disseminar informações para reposicionar os negócios ou abrir novas oportunidades

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançaram no dia 09/6 o Guia de Produção e Consumo Sustentáveis – Tendências e Oportunidades para o Setor de Negócios, cuja versão impressa foi patrocinada pelo Banco Santander.

Denise Hamú, representante do PNUMA, no Brasil, afirmou que é preciso que o mundo todo reconheça a necessidade de adotar um modelo de desenvolvimento com menos impacto ambiental, para preservar a oferta de recursos naturais e os serviços ecossistêmicos, essenciais à manutenção da vida no planeta.

A publicação tem como foco as pequenas e médias empresas (PME) por sua capacidade de adaptação e flexibilidade e também por elas terem papel fundamental para a transformação, já que respondem por 70% do Produto Interno Bruto (PIB) e por dois terços dos empregos formais nos países em desenvolvimento e emergentes.

Na avaliação de Marlúcio Borges, diretor adjunto do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, o guia resulta de uma construção coletiva, e seu tema é transversal, tendo como objetivo realmente disseminar essas informações entre as pequenas e médias empresas pelo papel que elas representam em termos de geração de renda e emprego.

Para o diretor, é importante não só se antecipar às iniciativas, com papel mais assertivo, mas também valorizar o que já foi feito em termos de Produção Mais Limpa (P+L) e os demais temas inclusos no mesmo guarda-chuva, tais como tecnologia, inovação, biodiversidade, Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) e Política Nacional do Clima.

O guia está disponível para download no endereço:

<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/guia-de-producao-e-consumo-sustentaveis-tendencias-e-oportunidades-para-o-setor-de-negocios/>

Agência Indusnet Fiesp – editado.

GUIA PCS

PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

TENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES PARA O SETOR DE NEGÓCIOS



21º Prêmio de Mérito Ambiental incentiva empresas a apresentarem projetos criativos e eficientes

Empresa ganhadora apresentou iniciativas voltadas à redução do consumo de energia, insumo cada vez mais caro para o processo produtivo

Na 17ª Semana de Meio Ambiente foram conhecidos o ganhador e empresas que receberam menções honrosas no 21º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental, cujo objetivo é reconhecer as boas práticas corporativas em ações sustentáveis como a redução de consumo e reúso de materiais e recursos naturais.

Desde 1995, foram recebidos 426 projetos de empresas dos mais variados segmentos e premiados 25 projetos nas categorias “indústria de micro e pequeno porte” e “indústria de médio e grande porte”.

Este ano a vencedora na categoria “média e grande porte” foi a Baxter Hospitalar, e outros seis projetos ganharam menções honrosas.



Entrega do 21º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental

Foto Everton Amaral/Fiesp



PRÊMIO FIESP DE
MÉRITO AMBIENTAL

17ª Semana do Meio Ambiente

Baxter aposta na redução do consumo de energia

A Baxter Hospitalar, empresa do ramo farmacêutico, está presente no Brasil há mais de 50 anos. Com mais de mil funcionários em 4 unidades, fabrica e comercializa produtos de biotecnologia, terapias especializadas e equipamentos médicos.

O objetivo do projeto apresentado para concorrer ao Prêmio, Gestão dos Recursos Naturais, foi demonstrar o trabalho desenvolvido há anos com foco na redução do impacto das atividades da Baxter no meio ambiente, por meio da minimização do consumo de recursos naturais e redução das emissões de CO2 no transporte de matéria-prima e produto acabado.

De 2005 a 2013, a Baxter reduziu o consumo de energia a partir de operações em 27% (indexado à receita). A meta para 2015 é diminuir o uso de energia proveniente de operações em 30% indexado à receita, em comparação a 2005.

Para Daniel Gaspar Coelho, diretor de manufatura da Baxter Hospitalar, o prêmio foi o reconhecimento do



trabalho e da dedicação da equipe, atenta aos seus indicadores. “O benefício não é só financeiro, para excelência operacional da qualidade do produto, mas também pessoal, pois essas ações as pessoas levam para a sua vida”, afirmou.

Menções Honrosas às iniciativas de seis empresas

Na categoria “média e grande porte” as empresas que mereceram menção honrosa foram Deca, Duratex, Companhia Brasileira de Alumínio e International Paper.

No projeto “Reaproveitamento de resíduos e a economia circular”, da Deca, pertencente ao grupo Duratex, foi desenvolvido projeto piloto que dava desconto de 10% ao consumidor que levasse metal, louça sanitária ou chuveiro elétrico usado quando fosse comprar produtos Deca ou Hydra.

O projeto foi desenvolvido para reaproveitamento de 33% do total do refugo de louças. A primeira fábrica a realizar um piloto deste projeto foi a unidade de Louças Jundiá, que recebeu investimento de R\$ 1,5 milhão. A Deca também reutilizará, em seus processos internos, 180 toneladas de bronze e latão por ano.

Já a Duratex S.A., presente em diversos estados brasileiros, apresentou o projeto “Ecotransformação” de resíduos através do aproveitamento de Lodo de Estação de Tratamento de Efluente Industrial e Cinzas de Biomassa para produção de Fertilizante Orgânico Composto em sua unidade de Agudos.

A iniciativa de 2013 resultou na eliminação e na destinação de resíduos de lodo e cinzas da ordem de 19.000 toneladas em 2014. Para 2015, a companhia deixará de destinar 31.000 toneladas de resíduos provenientes de sua produção industrial de Agudos (SP) e Uberaba (MG). Houve ganhos em redução de custos reais da ordem de R\$ 2,4 milhões em 2014, com projeção de R\$ 3 milhões para 2015.

No projeto “Melhorias ambientais da fundição através da implantação de projetos com Lean Six Sigma”, da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), da Votorantim Metais, a metodologia Lean Six Sigma (técnicas de definição do problema, mensuração e análise para controle de desvios) foi aplicada à área da Fundição, em 2014, para obtenção de redução do consumo de gás natural e geração de escória.



Vencedora e empresas que receberam menções honrosas no 21º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental.

Com a instalação de novas bicas de carregamento de metal líquido para evitar a necessidade de abertura da porta do forno e consequente perda de calor, obteve-se a redução de 22% no consumo específico de gás natural, além da estabilização do processo operacional. O investimento foi de R\$ 28 mil, e a economia gerada alcançou R\$ 1,6 milhão em 2014.

O projeto “Caldeira de biomassa: autossuficiência energética e sustentabilidade do negócio”, da International Paper, foi implantado em sua fábrica em Mogi Guaçu, planta que conta com mais de 1.200 profissionais e produz aproximadamente 400 mil toneladas de celulose por ano.

Uma nova caldeira de biomassa substituiu outras três, gerando energia de fonte renovável suficiente para a fábrica tornar-se 90% autossuficiente em energia e reduzindo a compra externa para abastecimento da fábrica. Além disso, com a queima da biomassa, obteve-se redução de mais de 70% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no período 2011-2014. Entre os resultados sociais, destacam-se o estabelecimento de parcerias e de fomento com diversos produtores rurais no entorno.

17ª Semana do Meio Ambiente

Na categoria “micro e pequeno porte”, as menções honrosas foram conquistadas pela GED – Inovação, Engenharia e Tecnologia e pela Green do Brasil.

Esta última, localizada em Campinas, apostou na inovação tecnológica para o desenvolvimento do produto “Green Fiber”, monofilamentos sintéticos à base de polímeros (PET) pós consumo. Entre suas utilidades, o produto pode ser utilizado no concreto servindo para diversos tipos de construções, como por exemplo, pisos industriais, grandes áreas concretadas como pista de aeroportos, pontes e túneis – nos quais inclusive são utilizados para o revestimento das paredes por meio de jateamento – e ainda contenção de encostas e barrancos. Já a GED – Inovação, Engenharia e Tecnologia desenvolveu pesquisa

voltada ao aproveitamento de subproduto das indústrias de fertilizantes, o fosfogesso (gesso químico), proveniente da empresa Vale Fertilizantes, em Cubatão, para a produção de tintas acrílicas utilizadas em ações socioambientais e revitalização de áreas públicas. Foram realizadas 6 ações até março de 2015 na região de São Paulo e principalmente Cubatão/SP, cidade mais impactada por este tipo de resíduo.

O desenvolvimento da Ecotinta contou com um intensa pesquisa e análise de composição química, para permitir a incorporação de até 40% de fosfogesso, antes tratado como resíduo e com o projeto, considerado uma matéria prima.

Agência Indusnet Fiesp – editado.

Para Fiesp, Marco Legal da Biodiversidade é positivo e traz benefícios para a sociedade e o meio ambiente

Mudanças na lei foram discutidas durante a 17ª Semana de Meio Ambiente, promovida pela entidade

Inspirar e conectar pessoas apresentando novas tecnologias, ideias criativas e cenários para o futuro da biotecnologia, este foi o objetivo do Festival Internacional de Biotecnologia (Biofest), que ocorreu nos dias 10 e 11 de junho, realizado em parceria com o Instituto Life e patrocínio da Votorantim e da CNI.

“O Brasil tem ampla biodiversidade, o que nos permite desenvolver de forma bastante competitiva perante os mercados internacionais. Com essa visão, o Biofest busca promover discussões com especialistas, representantes dos órgãos governamentais, agências de fomento à pesquisa, academia e indústria, para fazermos um marco na discussão do assunto também na Fiesp”, destacou Nelson Pereira dos Reis na abertura do evento.

Miguel Milano, Presidente do Instituto Life, ressaltou a relação entre as mudanças climáticas e a biodiversidade, lembrando que na última década a Amazônia brasileira passou pelas duas piores secas dos últimos 100 anos. Também defendeu que serviços ecossistêmicos requerem investimentos para serem mantidos.

Eduardo Giacomazzi, coordenador do Comitê de Biotecnologia (BioBrasil), afirmou que o objetivo do Comitê foi unir indústria, governo e academia na discussão sobre o assunto, que, segundo ele, faz parte de uma mobilização multissetorial.

No painel sobre o Marco Legal da Biodiversidade, Antonio Carlos Costa, gerente do Departamento de Agronegócio da Fiesp, afirmou que “a nova legislação traz benefícios para a indústria, que pode ganhar diferenciais competitivos, para a biodiversidade que, ganhando valor, estimula sua preservação, e para os produtores desses recursos [comunidades indígenas e quilombolas], que passam a receber pelo cuidado ao patrimônio”, referindo-se à lei federal 13.123/15, que estabelece regras para a pesquisa e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos brasileiros e facilita o acesso aos conhecimentos científico, indígena e tradicionais já acumulados, criando oportunidades para a elaboração de novos produtos a partir desses elementos, como medicamentos e cosméticos.

“Gerando patrimônio genético a gente gera sua preservação”, reforça Costa. “O Marco da Biodiversidade é, sem dúvida, um avanço muito grande, uma vez que destrava uma série de processos, garante segurança jurídica para usuário e provedor e pavimenta o caminho para que possam fazer políticas públicas adequadas.”

Durante o mesmo painel, o diretor do Departamento do Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Rafael de Sá Marques ressaltou que um dos maiores benefícios decorrentes da alteração das regras foi a convergência entre os interesses dos atores que participam do processo de pesquisa, produção de produtos e preservação ambiental. “Os provedores entenderam que sem os usuários não há repartição de produtos, não há valorização. E os provedores, por sua vez, perceberam que sem os usuários é mais difícil proteger e conservar o ambiente de que necessitam para a proliferação dos ativos.”

Agência Indusnet Fiesp – editado.



Mesa de abertura Biofest

17ª Semana do Meio Ambiente

O Brasil é o país mais rico em biodiversidade do mundo, afirma Bráulio Dias

Secretário-executivo da ONU participou de Semana do Meio Ambiente na Fiesp

Durante palestra magna no Seminário Internacional de Negócios e Biodiversidade da 17ª Semana de Meio Ambiente da Fiesp, Bráulio Dias, secretário-executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) da Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou o quarto relatório da Convenção da Biodiversidade incluindo a análise das 20 metas da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) estabelecidas e os desempenhos obtidos pelos países.

O relatório constata que há avanços importantes em todo o mundo, mas os esforços atuais são insuficientes para alcançar o que foi acordado para o final da década.

Bráulio Dias afirmou o Brasil é o país tropical que mais pesquisa no mundo e conta com reconhecimento internacional, além de ter liderança positiva nas áreas de biodiversidade e mudança do clima, mas ainda há necessidade de ganho de escala e ampliação de esforços, inclusive no Brasil.

Quanto a aprovação do marco legal brasileiro, de acordo com Bráulio Dias, o tema é complexo e se contabilizam avanços ao se estabelecer controles necessários e criar incentivos, destravando as pesquisas relativas à biodiversidade. Porém, é preciso consolidar este círculo virtuoso a longo prazo, de uso e comercialização de



Bráulio Dias, secretário-executivo da ONU, na Semana do Meio Ambiente na Fiesp.

Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

produtos da biodiversidade e praticar a repartição de benefícios.

Uma última avaliação feita pelo Secretário quanto ao tema é que dificilmente espera-se que uma única lei consiga responder a todas essas questões complexas, apesar de ser um marco moderno que fez uso das lições anteriores.

Fonte: Agência Indusnet, Fiesp – editado.

Fapesp lança relatório mundial sobre bioenergia e sustentabilidade na Fiesp

Evento foi parte do Festival Internacional de Biotecnologia (Biofest)

“Nossa pesquisa mostra a necessidade de ter políticas integradas”, afirma a coordenadora do Programa Fapesp de Pesquisa em Bioenergia (Bioen), Glaucia Mendes Souza, sobre o relatório Bioenergy & Sustainability: bridging the gaps. Glaucia explicou que o estudo foi produzido por 137 especialistas de 24 países ao longo de dois anos sobre as diversas questões relacionadas com produção e uso de bioenergia e sustentabilidade.

“Com base em mais de 2.000 referências e estudos, o documento fornece uma análise abrangente de tecnologias e práticas atuais da bioenergia, incluindo produção, sistemas e mercados, e o potencial de expansão sustentável e de maior adoção da bioenergia, em paralelo com uma revisão crítica dos seus impactos”, disse.

O relatório foi coordenado por cientistas ligados a três programas da Fapesp: Bioen, Mudanças Climáticas Globais e Biota, de pesquisa sobre a biodiversidade, e teve apoio da Fundação e da Secretaria do Comitê Científico para Problemas do Ambiente (Scope, na sigla em inglês), agência intergovernamental associada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), responsável pela iniciativa.

A programação incluiu outros dois painéis: Cadeias de Abastecimento e Segurança Ambiental; e

Desenvolvimento Sustentável e Inovação. Os temas foram Água, Emissões de Gases de Efeito Estufa, Segurança Climática e Ambiental, Segurança Alimentar e Tecnologias de Conversão de Motores, além de um estudo de caso. Os debates se concentraram no potencial do Brasil e as políticas brasileiras para a bioeconomia; tecnologias; parcerias inovadoras; integração de políticas para a agricultura, silvicultura, indústria e educação; e políticas para a expansão da bioenergia definidas com base no conhecimento científico, entre outros assuntos.

A íntegra do relatório Bioenergy & Sustainability: bridging the gaps está publicada em:

<http://bioenfapesp.org/scopebioenergy>

Agência Indusnet Fiesp – editado.



17ª Semana do Meio Ambiente

Indicadores de sustentabilidade ajudam empresas a avaliarem suas políticas e processos

O uso das ferramentas para melhorar a performance socioambiental das empresas foi tema de seminário na Fiesp, durante a Semana do Meio Ambiente

No último dia da Semana do Meio Ambiente foram debatidos os indicadores e relatórios de sustentabilidade. Glauca Terreo, diretora da Global Reporting Initiative (GRI) enfatizou a importância dos indicadores ao afirmar que "aquilo que não medimos, não gerenciamos".

Representantes de outras organizações participaram do Seminário e apresentaram experiências com as ferramentas de indicadores de sustentabilidade.

Para Caio Magri, diretor executivo de Operações, Práticas Empresariais e Políticas do Instituto Ethos, é necessário que as empresas estejam dispostas a criar uma gestão sustentável.

Segundo ele, precisa haver decisão política e decisão da corporação para escolher o melhor caminho, de acordo com a natureza e porte do negócio.

A diretora de Sustentabilidade e Imprensa BM&FBovespa, Sônia Favaretto, apresentou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado há 10 anos.

"O índice serve para dar referência ao investidor que busca bons negócios. Alguns investidores mais conscientes buscam um retorno não só financeiro, mas que tenha também o lastro de boas práticas sociais e ambientais".

O especialista em sustentabilidade Vitor Seravalli descreveu o Modelo Sesi de Sustentabilidade como uma ferramenta de autodiagnóstico, baseada em indicadores que propõe às indústrias uma reflexão sobre o que é sustentabilidade e os impactos positivos que pode gerar na competitividade.

Segundo Seravalli, o modelo conta com 80 indicadores focados em seis áreas: cultura organizacional, gestão de pessoas, inovação, educação e desenvolvimento, ambiente de trabalho seguro e saudável e desenvolvimento socioambiental.

O seminário foi conduzido pela diretora adjunta do Cores, Grácia Fragalá, e mediado por José Salvador, integrante do Comitê de Responsabilidade Social da Fiesp.

Fonte Agência Indusnet, Fiesp – editado.



Painel sobre indicadores de sustentabilidade durante a Semana do Meio Ambiente

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Campanha Água na Medida

Ampliação da área de abrangência da Campanha no Estado de São Paulo

No mês de Maio, a distribuição de redutores de vazão de água alcançou várias regiões do Estado de São Paulo, totalizando a entrega de mais de 45 mil kits nesse período.

Desde o início da Campanha, em Março de 2015, considerando também as distribuições na Região Metropolitana de São Paulo, foram entregues até o momento mais de 2 milhões de redutores de vazão.

Destaques de distribuição da Campanha:

Atividade	Local
Nos Encontros e Rodadas de Negócios do Ciesp	CIESP: Cordeiropolis, Vargem Grande Paulista, Lapa, São José dos Campos, Nova Odessa e Marília
Treinamento para Cadastro Técnico Federal –CTF IBAMA Parceria CIESP com 12º GAC - Grupo de Artilharia e Campanha	CIESP Jundiá
Associação Cristã dos Moços – ACM, com sede na Lapa, e a empresa parceira Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE.	CIESP Distrital Oeste
Departamento de Água e Esgoto DAE-Americana e a Prefeitura Municipal.	CIESP Americana
Eventos e Palestras sobre Resíduos Sólidos	CIESP Ribeirão Preto
Fórum Sou Capaz	CIESP Limeira
16ª edição do MaiFest	CIESP Distrital Sul
Comemorações do Dia da Indústria	CIESP: Guarulhos, Diadema e São Bernardo do Campo, Distrital Sul
10º Congresso MPI - Micro e Pequena Indústria	São Paulo
Ação Global	Paraisópolis



Gases de efeito estufa

Curso de capacitação de inventário de Gases de Efeito Estufa tem segunda edição

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizou em 18 e 19 de maio a capacitação para elaboração de inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE). O curso foi ministrado pela equipe do Centro de Sustentabilidade da FGV (GVces) e voltado a empresas. Trata-se de uma forma de as organizações colaborarem na minimização dos impactos globais das mudanças do clima. O objetivo principal do curso se concentrou na elaboração de inventários corporativos e suas diretrizes de acordo com as especificações do Programa Brasileiro GHG Protocol. Durante o treinamento, representantes do Programa Brasileiro apresentaram os princípios de contabilização e elaboração de inventários, além de seus limites organizacionais e operacionais. A parte prática se concentrou na apresentação da ferramenta de cálculo, além de exercícios, relato das emissões e como fazer o registro público.

A especialista da área de mudança do clima da Cetesb, Josilene Ferrer, esclareceu dúvidas sobre a Decisão de Diretoria n. 254/2012, que trata dos critérios de



Foto: Everton Amaro/Fiesp

Ferramenta do GHG Protocol auxilia empresas na construção da política climática do país.

elaboração do inventário de emissões de GEE no Estado de São Paulo e dos 27 setores que obrigatoriamente devem reportar as suas emissões.

Agência Indusnet Fiesp – editado.

Cosema - Conselho Superior de Meio Ambiente

O estabelecimento de metas permite uma avaliação objetiva das gestões governamentais, afirma Oded Grajew

A reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp – Cosema de Maio/15 contou com a participação do Coordenador Geral da Rede Nossa São Paulo, Oded Grajew.

O coordenador apresentou os quatro eixos de atuação da Rede, sendo o programa de indicadores e metas,



Reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp – Cosema de Maio/15

acompanhamento cidadão, educação cidadã e mobilização cidadã.

Oded ressaltou a importância do estabelecimento de metas como forma de avaliação objetiva das gestões do governo, fato que inclusive será abordado em setembro/15 pela Organização das Nações Unidas, na promulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para o período pós 2015, segundo ele.

Matriz brasileira de serviços ecossistêmicos

No mesmo dia, foi lançada a publicação “Incentivos Econômicos para Serviços Ecossistêmicos no Brasil”, resultado de uma iniciativa chamada a Matriz brasileira de serviços ecossistêmicos que consiste em um levantamento pioneiro em nível nacional de estudos de esquemas de pagamentos e compensação por serviços ambientais que estão sendo desenvolvidos no Brasil.

Segundo o presidente do Conselho, Walter Lazzarini, tratam-se de mais de duas mil práticas de serviços ecossistêmicos.

Treinamento para Cadastro Técnico Federal (CTF)

Em 13 de Maio, representantes de empresas de Jundiá e região participaram do treinamento promovido pelo DMA junto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O treinamento tem como objetivo esclarecer as principais dúvidas das empresas e profissionais sobre a inscrição no cadastro para Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP) e Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/ AINDA), bem como apresentar as obrigações legais decorrentes da realização do cadastro, como a elaboração anual do Relatório de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP), Declaração de Atividades com Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDO), pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), entre outras informações.



Treinamento para Cadastro Técnico Federal (CTF) realizado no Ciesp Jundiá

Fóruns Ambientais

Federais

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Grupo de Trabalho COP 21

Em reunião do grupo, foi finalizado o documento contendo as Propostas da Indústria Brasileira para o Novo Acordo Global em Mudanças do Clima. Este documento foi entregue ao governo brasileiro no final de maio e fornecerá subsídios para a proposta brasileira como subsídio para o novo acordo global em mudanças do clima, cujas negociações ocorrerão na 21ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (COP 21) em dezembro de 2015.

Rede de resíduos

2ª reunião da rede de resíduos de 2015 para discussão sobre o andamento do acordo setorial de embalagens em geral e a proposta para regulamentação do uso de areias descartadas de fundição (ADF).

Grupo de Trabalho de Produção e Consumo Sustentável

Reunião coordenada pela CNI com o objetivo de alinhar o entendimento sobre a revisão da Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) sobre compras públicas sustentáveis e com a proposição de alteração na minuta inicial apresentada, visando sua operacionalidade ao ser publicada e aplicada.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Assembléia Eleitoral

O DMA esteve presente na votação dos representantes usuários, associações e do Ciesp habilitados do estado de São Paulo para integrarem o Conselho Nacional de Recursos Hídricos ocorrida em Brasília/DF. A FIESP representou o setor industrial e ficou como 1º suplente nas reuniões plenárias do CNRH, bem como membro titular na Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob).

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH)

Em reunião realizada em Brasília/DF foi consolidada a recomendação de conteúdo mínimo do Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em articulação com a Secretaria de Recursos Hídricos do CNRH. Além deste tema, a ANA apresentou o escopo e objetivos do Plano Nacional de Segurança Hídrica. Nesta oportunidade o DMA destacou que além de obras de infraestrutura, o CNRH precisa propor regras para a alocação de água em situações de escassez.

Estaduais

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Reunião Plenária

Em reunião realizada no dia 19 de maio, o Relatório Final da Câmara Técnica de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas sobre o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Jataí em Luis Antonio/SP foi aprovado. Nessa ocasião, também foi apresentado e disponibilizado o relatório sobre atividades da Câmara de Compensação Ambiental.

Comissão temática de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas

Na 47ª reunião da Comissão foi escolhida como Presidente da Comissão a representante suplente da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Estaduais

Área de Proteção Ambiental (APA) Tejuapá

Dando continuidade às ações e metas definidas para a APA, o DMA participou da reunião dos grupos técnicos realizada na cidade de Pirajú/SP.

Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos (Sigor)

Na sede da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) foi apresentado o estágio de desenvolvimento do módulo indústria do Sigor. O Sigor é uma ferramenta de rastreamento de resíduos sólidos, desde sua geração até sua destinação final. Esse sistema está sendo implementado para os resíduos da construção civil e tem como próximo objetivo implementar para os resíduos sólidos.

Municipais

Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

A reunião contou com a apresentação acerca da metodologia Global Protocol for Community Scale Greenhouse Gas Emission Inventories – GPCs, de Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa para Cidades. A Secretaria do Verde e Meio Ambiente está avaliando essa metodologia para aplicar no inventário da cidade referente aos anos 2012- 2014. O DMA manifestou que é necessário ter cautela na escolha da metodologia visto que uma baixa acuracidade de informações poderiam levar a incertezas consideráveis e resultados não satisfatórios. Na ocasião, também foi comunicado que os “Colóquios Sulamericanos sobre Cidades Metropolitanas – MSUR, acerca do tema Ecossistemas Urbanos e Sustentabilidade” ocorrerão em São Paulo, em data a ser confirmada.

Câmara Municipal de São Paulo

Em reunião da Frente Parlamentar pela Sustentabilidade da Câmara Municipal de São Paulo foram realizados debates sobre os desafios na reciclagem de entulho – resíduo gerado pelas atividades de construção civil ou de reforma - no município. Entre os principais problemas sinalizados pelos participantes, está a falta de fiscalização e dos dados quantitativos; o descarte indevido em vias e locais públicos; ao pequeno número de Ecopontos para descarte; o desvio de material que deveria ir para os aterros ou locais de aproveitamento e poucos incentivos para a reutilização do material.

Comitê Especial em Defesa do Meio Ambiente e da Sociedade Civil

O DMA esteve presente à reunião do comitê criado pela subseção de Santos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A proposta da OAB de Santos para este comitê é

que os representantes dos diversos segmentos da sociedade participantes, discutam e proponham ações preventivas que visem minimizar e/ou eliminar a ocorrência de acidentes nas indústrias químicas da região. Na ocasião, a empresa Ultracargo, fez uma apresentação sobre o acidente ocorrido com os tanques de combustíveis em Santos e sobre as ações de combate realizadas durante todos os dias da ocorrência.

Fundo Municipal de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores

Na reunião do Conselho Gestor do Fundo foram discutidos os informes sobre o Projeto Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária), ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a reabertura da discussão sobre a substituição do Agente Operador do Fundo.

Grupos de Meio Ambiente (GMA) do Ciesp

Jundiaí

Em 14 de maio o DMA ministrou palestra sobre Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 050/15 da ANA e DAEE e a aplicação da restrição de captação de água nas vazões outorgadas para as indústrias. Durante a palestra foi demonstrado como acompanhar as informações sobre os estados das vazões dos rios formadores do sistema Cantareira, nas Bacias dos Rios Camanducaia, Atibaia e Jaguari, e apresentado como funciona a rede telemétrica do DAEE nos cinco postos monitorados pela sala de situação.

O DMA ministrou palestra sobre os efeitos da escassez de água na região Sudeste e coordenou a primeira reunião do grupo formado para apoiar as empresas na elaboração de seus planos de contingência para o enfrentamento do novo período seco de 2015, iniciado em abril.

Bauru

Na reunião, foi abordada a atualização do anexo 08 da NR 15, relativo aos limites de tolerância do agente físico VCI (vibrações de corpo inteiro). Na ocasião também ocorreu debate sobre a NR 10004-2004 - classificação de resíduos, produção mais limpa - busca do resíduo zero e apresentação das informações sobre o I Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Franca

O grupo se reuniu para preparação do evento sobre Água que aconteceu durante a Semana do Meio Ambiente.

São José do Rio Preto

O grupo se reuniu para discussão sobre o evento em comemoração à Semana do Meio Ambiente.

Grupos de Meio Ambiente (GMA) do Ciesp

Presidente Prudente

Na reunião foram apresentados e discutidos a obtenção do CADRI (Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental) e os passos para a implantação do PGRS (Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos) nas indústrias.

Ribeirão Preto

O DMA apresentou as políticas nacional e estadual de resíduos sólidos, bem como a logística reversa. Na ocasião também foi apresentada a Campanha Água na Medida e distribuídos os kits de redutores de vazão.

Santa Bárbara d'Oeste

O DMA prestou apoio e interlocução aos presentes na reunião de Santa Bárbara d'Oeste/SP ocorrida em 28 de maio, participação de representantes do setor industrial, SESI, SENAI, Associação Comercial e prestadores de serviços. Na ocasião, foram definidas as atividades para 2015 e realização de ação da campanha "Água na Medida" para o mês de junho.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP)

Rodada de negócios

O DMA esteve presente durante a rodada de negócios das Diretorias Regionais do CIESP de Americana, Santa Bárbara, Limeira, Piracicaba e Rio Claro em Nova Odessa/SP no dia 25 de maio, promovendo mais uma ação da Campanha Água na Medida quando foram distribuídos kits com redutores de vazão e orientações aos visitantes.

Alta Paulista

O DMA e o Ciesp de Alta Paulista em Marília/SP realizaram visita técnica para associados, para esclarecimento de dúvidas sobre resíduos sólidos/reciclagem.

1º Encontro de Negócios Multissetorial

Evento promovido pelo Ciesp e outros parceiros para integrar empresas do setor de tecnologia da informação com a indústria e comércio regional. Na oportunidade, foram distribuídos os kits de redutores de vazão da Campanha Água na Medida.

Botucatu

O DMA participou da reunião da diretoria e conselho do Ciesp de Botucatu/SP, em que foi reforçado a importância da atuação dos Grupos de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Ciesp, destacando os trabalhos de apoio das equipes da Fiesp/Ciesp sobre o tema.

Jundiaí

O DMA assistiu palestra sobre a situação econômica do país, ministrado pelo professor da Faculdade de Jundiaí, com foco para como foi elaborado o projeto de poder do Partido dos Trabalhadores. Ao fim da palestra, o diretor de Recursos Hídricos do Ciesp de Jundiaí foi diplomado para fazer a gestão local da água e assessoramento para as indústrias associadas.

Campinas

Reunião realizada na DR Campinas com associados do Ciesp que fazem parte das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, onde foram apresentadas e discutidas as normativas que regulamentam o processo de fiscalização e cumprimento das restrições de vazões dos usuários nas bacias PCJ. Os usuários realizaram diversas sugestões de melhorias nas regras que serão encaminhadas formalmente aos organismos gestores de recursos hídricos. A reunião contou com a presença dos representantes da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE). Como resultado da reunião a Fiesp e o Ciesp protocolaram solicitação de alteração de legislação ao superintendente do DAEE.

Macro Região 10

O DMA esteve presente à reunião com os Ciesp da Macro Região 10 (distritais Leste, Norte, Sul, e Centro), para discussão da criação dos Grupos de Meio Ambiente em cada distrital e as atividades correlacionadas, bem como, promover a Campanha Água na Medida por meio da distribuição de kits de redutores de vazão.

Presidente Prudente

O DMA visitou duas empresas associadas ao Ciesp de Presidente Prudente, para uma avaliação prévia sobre a gestão de resíduos sólidos em seu processo produtivo. Conforme definido nas reuniões do grupo de meio ambiente e sustentabilidade da DR, estão sendo desenvolvidas palestras e discussões sobre a gestão de resíduos nas indústrias da regional.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP)

São José do Rio Preto

Foi realizada reunião preparatória com o gerente da Diretoria Regional para organização do evento em comemoração à Semana do Meio Ambiente. Nos dias 02/06 e 20/06, a Diretoria Regional distribuiu kits de redutores de vazão à população do município, na área central e Shopping Center do município de São José do Rio Preto.

Comitês de bacia hidrográficas

Federais

Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

O DMA participou de reunião, realizada em Americana/SP, quando foi aprovada a deliberação que estabelece os critérios para avaliações de projetos visando a obtenção dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015. Também foi aprovado o parecer técnico do empreendimento: "Projeto de Implantação da Interligação entre as Represas Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibaína (Bacias PCJ) (Processo IMPACTO 113/14)", a ser implantado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) nos municípios de Nazaré Paulista, Igaratá e Santa Isabel". Na mesma reunião foram aprovados os valores do PAP – PCJ (programa de aplicação de recursos previstos e aprovada a "Carta de Charqueada" da CT-Rural.

Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL)

O DMA participou da reunião em que foram informados os procedimentos para fiscalização das outorgas dos usuários, experiência com reflorestamento no município de Holambra e próximos passos para avaliação do reenquadramento dos corpos d'água, no momento da revisão do atual plano de bacias.

Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)

O DMA esteve presente na reunião da CT realizada no município de Atibaia/SP, quando foram discutidas as ocorrências hidrológicas do período, definição de vazões para a região metropolitana de São Paulo e PCJ e a apresentação da portaria DAEE nº 761/15, onde a FIESP

apresentou posicionamentos para ajustes da referida portaria de forma a atender as demandas do setor produtivo.

Rio Grande (CBH-Grande)

Câmara Técnica de Integração

Reunião para discussão sobre proposta de enquadramento do braço da Usina Hidrelétrica de Água Vermelha realizada em Ribeirão Preto/SP.

Câmara Técnica de Institucional e Legal (CTIL)

A CTIL realizou a sua 2ª reunião, para discutir a deliberação que altera o regimento interno do CBH-Grande.

Reunião da Diretoria

A diretoria do CBH-Grande se reuniu na sede da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) em São Paulo/SP, para discussão sobre a proposta de apoio ao CBH-Grande e sobre o pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do CBH-Grande.

Estaduais

Alto Tietê (CBH-AT)

Câmara Técnica de Gestão de Investimentos (CT-GI)

Na reunião realizada em São Paulo /SP foram definidos os critérios para avaliações de projetos visando a obtenção dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015.

Diretoria do CBH-AT

O DMA participou da reunião de Diretoria do CBH-AT para discussão das ações a serem implementadas pelo comitê no que tange às atividades das Câmaras Técnicas, Subcomitês e da Fundação Agência de Bacia (Fabhat).

Fundação Agência de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (FABHAT)

Durante o mês de maio, o DMA participou das reuniões da equipe técnica de fiscalização, que foi indicada pelo CBH-AT, para dar início as discussões sobre os critérios a serem utilizados na avaliação das propostas técnicas /comerciais (processo de licitação), referentes a elaboração do Plano de Bacia. Na ocasião, foram apresentados para leitura, o Termo de Referência, a Deliberação CRH nº 146/12 e definido o calendário das próximas reuniões.

Estaduais

Alto Tietê (CBH-AT)

Reunião Plenária

Realizada em São Paulo/SP, a reunião contou com a presença de representantes da SABESP, que apresentaram aos membros do comitê detalhes sobre as obras de transposição das águas entre as sub-bacias Billings e Alto Tietê Cabeceiras – Interligação entre os Sistemas Rio Grande e Alto Tietê. Na oportunidade, foram aprovados a deliberação sobre os critérios de hierarquização de empreendimentos para obtenção de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e o calendário do processo para 2015.

Sapucaí Mirim e Grande (CBH-SMG)

Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PGRH)

Em reunião realizada em Franca/SP, houve análise técnica, jurídica e administrativa dos proponentes dos projetos de financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015.

Rios, Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

O DMA coordenou reunião realizada nas Escolas do SENAI e SESI de Americana/SP onde foram finalizados os relatórios de avaliação de eficiência de uso de água com o início do planejamento dos planos de contingência das escolas para serem implantados quando os rios Jaguari e Atibaia entrarem em sistema de restrição com consequente início de racionamento de água no município de Americana. No final de maio, ocorreu a entrega dos planos, finalizando o trabalho técnico iniciado pelo DMA.

Baixada Santista (CBH-BS)

Os prognósticos a serem incorporados no Plano de Bacia 2016-2027 do comitê foram discutidos em reunião realizada em Santos/SP pela Câmara Técnica de Planejamento e Gestão (CT-PG).

Rio Sorocaba e Médio Tietê – (CBH-SMT)

Reunião Plenária

Na ocasião, foram aprovados os pareceres da SABESP, para transposição de água do rio Jundiáiuvera, em Cabreúva, para o rio Pirai, em Salto. Na mesma reunião também foi aprovado o parecer para licença de instalação (LI) da central de resíduos em Itu.

As contribuições do DMA, para os dois pareceres, foram acatadas na integralidade.

Reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

O DMA participou da reunião para formação dos Grupos de Trabalho: UGP (unidade de acompanhamento do plano de Bacia), GT-PSA (pagamentos por serviços ambientais) e GT-ENQ (enquadramento dos corpos d'água). Foram avaliados os pleitos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015 e feita a triagem e separação dos projetos apresentados para captação dos recursos da cobrança e Fehidro.

Alto Paranapanema (CBH-Alpa)

Grupo Técnico de Cobrança (GT-Cob)

A reunião do GT-Cob, realizada em Pirajú/SP, teve como pauta as solicitações de adequações apresentadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) no estudo de fundamentação da cobrança pelo uso da água.

Câmara Técnica de Saneamento e Águas Subterrâneas (CT-SAS)

O reenquadramento do Ribeirão Ponte Alta, as definições de ações e metas para o plano de bacia, plano regional de saneamento e a situação dos lixões e aterros licenciados, foram discutidos em reunião realizada no dia 25 de maio.

Médio Paranapanema (CBH-MP)

Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento (CT-PAS)

Durante o mês de maio, o DMA participou das reuniões da CT, para análise e pontuação dos projetos para financiamento com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015.



Saiba como colaborar com a redução do consumo de água em: www.fiesp.com.br/agua-na-medida

Estaduais

Aguapeí e Peixe (CBH-AP) e Médio Paranapanema (CBH-MP)

Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação

Em reunião conjunta da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação, dos comitês do CBH-AP e CBH-MP, foram apresentados detalhes de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) aos integrantes da câmara para análise e aprovação conforme prioridades estabelecidas no Plano de Bacia.

Aguapeí e Peixe (CBH-AP)

Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação

Os projetos requisitando os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015 foram avaliados e pontuados em reunião da câmara realizada em Marília/SP.

Rio Pardo (CBH-Pardo)

Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento Recursos Hídricos e Educação Ambiental

Reunião conjunta das Câmaras Técnicas para análise dos empreendimentos para obtenção de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para 2015.

Turvo/Grande (CBH-TG)

Câmaras Técnicas de Planejamento; Saneamento e Águas Subterrâneas

O DMA participou das reuniões das Câmaras Técnicas realizada em São José do Rio Preto/SP, para escolha dos novos coordenadores.

Câmaras Técnicas de Planejamento e Saneamento

Os projetos que requisitaram recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015 foram analisados em reunião da câmara realizada em São José do Rio Preto /SP.

Rio Mogi Guaçu (CBH-Mogi)

Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

DMA esteve presente na reunião ocorrida na sede do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal/SP, avaliar e indicar nominalmente os pedidos de enquadramento de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para o primeiro Pleito do exercício de 2015.

São José dos Dourados (CBH-SJD)

Câmara Técnica de Planejamento

O DMA participou da reunião da Câmara Técnica, realizada em Santa Fé do Sul/SP, para análise dos projetos que requisitaram financiamentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015.

Legislação Ambiental

Diplomas Legais recentes

Federal

Lei nº. 13.123 de 20 de maio de 2015

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16/3/1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23/8/2001; e dá outras providências.

Decreto nº. 8.437, de 22 de abril de 2015

Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8/12/2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.

Resolução ANA nº. 603, de 26 de maio de 2015

Define os critérios a serem considerados para obrigatoriedade de monitoramento e envio da Declaração de Uso de Recursos Hídricos (DAURH) em corpos de água de domínio da União.

Resolução CNEM nº. 187, de 13 de maio de 2015

Dispõe sobre a metodologia aplicável para o cálculo do valor a ser cobrado dos geradores de rejeitos e respectiva compensação financeira devida aos municípios que abriguem depósitos iniciais, intermediários ou finais de rejeitos radioativos, nos termos e condições que especifica.

Resolução ANA nº. 500, de 11 de maio de 2015

Dispõe sobre o recebimento de documentos eletrônicos a serem protocolados junto à Agência Nacional de Águas (ANA).

Legislação Ambiental

Instrução Normativa Ibama nº 10, de 8 de maio de 2015

Define procedimentos de organização física de produtos florestais madeireiros em áreas de exploração florestal, e em depósitos e pátios de estocagem de empreendimentos industriais ou comerciais, para fins de controle do rastreamento de produtos oriundos de Planos de Manejo Florestais, autorizações de supressão de vegetação em empreendimentos sob licenciamento ambiental e autorizações de uso alternativo do solo expedidas pelos órgãos ambientais competentes.

Instrução Normativa Ibama nº 9, de 8 de maio de 2015

Estabelece os procedimentos para autorizar o aproveitamento de matéria-prima florestal, sob a forma de toras, torretes e lenha, proveniente das árvores abatidas para a implantação da infraestrutura, bem como o aproveitamento dos resíduos da exploração florestal das árvores autorizadas para corte em áreas sob regime de manejo florestal sustentável, em empreendimentos licenciados, ambientalmente, pelo Ibama.

Instrução Normativa Ibama nº 8, de 8 de maio de 2015

Estabelece o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) e os formulários do Relatório de Mercúrio Metálico como instrumentos de controle para a produção, comercialização e o procedimento de solicitação de importação de mercúrio metálico por pessoas físicas ou jurídicas.

Instrução Normativa Ibama nº 6, de 15 de abril de 2015

Dispõe sobre a obtenção da "Licença para uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM)" por Máquinas (MAR) novas e os seus motores, nacionais ou importados, junto ao Programa de Controle da Poluição do ar por Veículos Automotores (Proconve).

Instrução Normativa Ibama nº 4, de 30 de março de 2015

Altera a Instrução Normativa Ibama nº 22/2014, que estabelece critérios e procedimentos para solicitação, análise e concessão de anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica.

Instrução Normativa Funai nº 2, de 27 de março de 2015

Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Funai, quando instada a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal, em razão da existência de impactos socioambientais e culturais aos povos e terras indígenas decorrentes da atividade ou empreendimento objeto do licenciamento.

Instrução Normativa Ibama nº 3, de 26 de março de 2015

Define período de restrição das atividades de construção de estradas, pátios, corte, arraste e transporte na floresta no período chuvoso, para os Planos de Manejo Florestal Sustentável nas concessões florestais federais.

Protocolo ICMS nº 40, de 13 de maio de 2015

Altera o Protocolo ICMS 44/13, que dispõe sobre a substituição tributária em relação às operações antecedentes interestaduais com desperdícios e resíduos de metais não-ferrosos e alumínio em formas brutas quando o produto for destinado a estabelecimento industrial.

Convênio ICMS 27, de 22 de abril de 2015

Prorroga até 31/12/2015, disposições de convênios que concedem benefícios fiscais. III - Convênio ICMS 03/90, de 30/5/1990, que concede isenção do ICMS às saídas de óleo lubrificante usado ou contaminado. XXIV - Convênio ICMS 29/93, de 30/4/1993, que autoriza os Estados que menciona a conceder isenção do ICMS nas prestações internas de serviço de transporte de calcário a programas estaduais de preservação ambiental. CXCII - Convênio ICMS 62/13, de 26/7/2013, que autoriza os Estados do Paraná e Minas Gerais a conceder isenção do ICMS nas saídas de produtos que específica, resultantes da utilização de pneus inservíveis de caminhões fora-de-estrada.

Projetos de Lei (PL)

PLS nº. 287/2015

Altera a redação do § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 25/5/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prorrogar o prazo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

PLS nº. 259/2015

Altera a Lei nº 11.445, de 5/1/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.

PLS nº. 250/2015

Altera as Leis nos 9.433, de 8/1/1997, 1.079, de 10/4/1950, e 8.429, de 2/6/1992, para vedar a transposição de águas de rios ou bacias hidrográficas sem a comprovação da prévia revitalização integral do rio ou da bacia doadora.

PLS nº. 244/2015

Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 7º da Lei nº 12.651, de 25/5/2012 (Código Florestal), para dispor sobre termo de responsabilidade e prazo para a recomposição da vegetação em área de preservação permanente suprimida após 22/7/2008.



Cartilhas da Fiesp e do Ciesp divulgam orientações para a economia de água

A FIESP e o CIESP disponibilizaram materiais na internet com dicas e sugestões para o gerenciamento da crise. Informações disponíveis em <http://www.fiesp.com.br/agua>

Legislação Ambiental

PL nº. 1.610/2015

Estabelece incentivos à geração distribuída de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

PL nº. 1.546/2015

Dispõe sobre normas gerais para o licenciamento de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, alterando as leis nº 6.938, de 1981; 9.960, de 2000; 9.605, de 1998.

PL nº. 1.495/2015

Institui o Selo de Qualidade Ambiental.

PL nº. 1.465/2015

Cria incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal ou desassoreamento de rios, córregos, cursos de água ou nascentes e dá outras providências.

PL nº. 1.440/2015

Autoriza a cobrança pelos Municípios da utilização de vias públicas por concessionárias de serviço público com a instalação de infraestrutura e determina a repartição da receita da cobrança pela outorga de direito de uso de recursos hídricos, alterando as leis nº 6.766, de 1979, 10.257, de 2001 e 9.433, de 1997.

PL nº. 1.421/2015

Altera o Artigo 12 da Lei 8.078, de 11/9/1990, o Código de Defesa do Consumidor, estabelecendo a responsabilidade de produtores e fabricante para produtos adquiridos no exterior.

PL nº. 1.419/2015

Modifica a Lei 11.445, de 5/1/2007, para instituir e tornar obrigatória, nos serviços de abastecimento de água potável, a tarifa social da água, além de estabelecer condicionantes para a dispensa de sua adoção.

PL nº. 1.363/2015

Altera a Lei nº 8.666, de 21/6/1993, para estabelecer a obrigatoriedade de adoção de padrões de sustentabilidade em construções populares licitadas pela Administração Pública.

PL nº. 1.304/2015

Dispõe sobre o cancelamento do cadastro de estabelecimentos comerciais e industriais que trabalhem com madeira extraída ilegalmente das florestas brasileiras, e dá outras providências.

PL nº. 1.299/2015

Altera a Lei nº 9.985, de 18/7/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

PL nº. 1.291/2015

Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis Florestais e dá outras providências, alterando a Lei nº 10.336, de 2001.

PL nº. 1.228/2015

Institui o fundo Nacional de Educação Ambiental (FNEA) e dá outras providências.

PL nº. 1.190/2015

Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para gestão e aproveitamento dos resíduos da construção civil e dá outras providências.

PL nº. 1.181/2015

Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, para estabelecer o manejo sustentável dos recursos hídricos como componente curricular da educação ambiental.

Estadual (SP)

Lei nº. 15.790, de 16 de abril de 2015

Dispõe sobre os limites da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquery (APRM-AJ) e dá providências correlatas.

Lei nº. 15.781, de 10 de abril de 2015

Institui a "Semana do Meio Ambiente".

Decreto nº 61.214, de 15 de abril de 2015

Dá nova redação ao inciso II do artigo 12 do Decreto nº 55.087, de 27/11/2009, alterado pelos Decretos nº 57.959, de 5/4/2012, e nº 58.383, de 12/9/2012, que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.507, de 23/4/2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), e dá providências correlatas.

Decreto nº 61.213, de 15 de abril de 2015

Autoriza a Secretaria do Meio Ambiente a representar o Estado na celebração de convênios com os Municípios que especifica, no âmbito do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista e dá providências correlatas.

Resolução SMA nº. 26, de 27 de abril de 2015

Estabelece procedimentos operacionais e parâmetros de avaliação no âmbito do Programa Município VerdeAzul, para o exercício de 2015, e revoga as Resoluções correlatas.

Resolução SMA nº. 25, de 27 de abril de 2015

Cria a Comissão Permanente encarregada da criação e ampliação das áreas protegidas do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Legislação Ambiental

Portaria DAEE nº. 1.066, de 27 de março de 2015

Delimita como Área de Restrição e Controle Temporário para os usos ou interferências em Recursos Hídricos Subterrâneos, a área definida pela poligonal 4,117 km², conforme específica.

Portaria Itesp nº. 36, de 24 de março de 2015

Constitui Grupo de Trabalho para elaborar o Programa Estadual de Regularização Fundiária Ambiental.

Deliberação CRH nº. 173, de 22 de abril de 2014

Aprova os Quadros de Metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - Progestão para o Estado de São Paulo.

Deliberação CRH nº. 169, de 22 de abril de 2014

Retifica e ratifica a Deliberação CRH 164, de 9/9/2014 e dá outras providências.

Projetos de lei (PL)

PL 778/2015

Autoriza o Governo do Estado a realizar a inserção, nos projetos arquitetônicos da Administração Pública, das

autarquias, das empresas e fundações, de instalação de sistema de coleta para a captação da água da chuva.

PL 662/2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistemas de captação de energia solar e reaproveitamento de água de chuva na construção de novos prédios, centros comerciais e condomínios residenciais no âmbito do Estado.

PL 656/2015

Dispõe sobre a proibição do uso da água fornecida pela Sabesp para lavagem de calçadas e passeios públicos em todo o Estado.

PL 612/2015

Acrescenta dispositivo à lei 13.798, de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC).

PL 611/2015

Dispõe sobre a instalação, em prédios públicos, de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água.

PL 503/2015

Torna obrigatória a instalação de equipamentos para tratamento e reuso da água empregada na lavagem de veículos.

Normas técnicas

Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT - CB 38

A seguir são apresentadas as normas em discussão na ISO (TC 207) e nos subcomitês (SC) do CB 38, que evoluíram de estágio.

Projetos em Consulta nacional

Gases de efeito estufa - Pegada de carbono de produtos - Requisitos e orientações sobre quantificação e comunicação

O Projeto 38:007.01-004 (ISO/TS 14067:2013), Gases de efeito estufa - Pegada de carbono de produtos - Requisitos e orientações sobre quantificação e comunicação estará em Consulta Nacional até 18/06/2015

Gases de efeito estufa - Quantificação e elaboração de relatórios de emissões de gases de efeito estufa para as organizações

O Projeto 38:007.01-005 (ISO/TR 14069:2013), Gases de efeito estufa - Quantificação e elaboração de relatórios de emissões de gases de efeito estufa para as organizações - Orientação para a aplicação da ABNT NBR ISO 14064-1 estará em Consulta Nacional até 08/07/2015

Os projetos em consulta podem ser verificados por meio do site: www.abntonline.com.br/consultanacional

Processo de elaboração das normas ISO





Calendário de obrigações ambientais

As empresas devem estar atentas quanto as informações que devem ser encaminhadas periodicamente aos órgãos ambientais e aos prazos para o envio destas informações, evitando multas e penalidades.

Veja a seguir as principais obrigações que devem ser cumpridas até o mês de junho de 2015.

Para acessar o calendário completo de obrigações ambientais, acesse:
www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/obrigacoes-ambientais/

Obrigações que devem ser cumpridas em junho:

Pagamento da 2ª parcela de 2015 da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFASP

A quem se aplica: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental- TCFA deve ser realizado trimestralmente por empresas que exerçam as atividades listadas no Anexo VIII da Lei nº 10.165/00.

Como fazer: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -TCFASP, prevista na Lei nº 14.626/11, será realizado de forma conjunta com o da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU única. O boleto deverá ser emitido por meio do site do IBAMA.

Atenção:

Inventário de Gases de Efeito Estufa

Informamos que, conforme Decisão de Diretoria da Cetesb nº 125/2015/V/I, 26 de maio de 2015, o prazo para o envio do Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa referente ao ano de 2014 foi alterado.

A partir da publicação da DD supracitada, as declarações de emissão deverão ser encaminhadas com frequência anual, **entre o período de 1º de setembro até 31 de outubro de 2015.**

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal.
Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br
Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

